

## Manobras de Ulysses para controlar a Constituinte

Historicamente, o Congresso Nacional sempre foi comandado — ou, se quiserem, conduzido — por um pequeno grupo de parlamentares. Esses deputados e senadores, por serem mais preparados do que seus colegas, por conhecerem melhor os meandros da atividade legislativa, praticamente determinam o comportamento e as opções da grande massa dos congressistas. Mesmo nas Assembléias Nacionais Constituintes foi assim e não deverá ser diferente na que se instala no próximo ano.

Com quase 40 anos de experiência política e parlamentar, 25 dos quais exercendo o poder ou estando próximo dele, e mais de 15 anos presidindo o maior partido de oposição aos governos militares e, hoje, de volta ao poder, presidindo o maior partido do governo, o deputado Ulysses Guimarães conhece muito bem esta realidade. Ele mesmo, durante todos esses anos, tem exercido, pessoalmente, forte influência sobre várias das decisões do Congresso. Mas, apesar dos entusiasmos juvenis peemedebistas, como o do senador Fernando Henrique Cardoso, que chegou a afirmar que a nova Constituição será "a que o PMDB quiser", o dr. Ulysses sabe que não basta apenas ter a maioria na Câmara e no Senado para garantir, automaticamente, a aprovação de todas as propostas de interesses de quem detém essa maioria.

Ainda mais no caso desse PMDB que emergiu das urnas de 15 de novembro, a mais completa salada mista da política brasileira. Juntar circunstancialmente, quando está em jogo o poder local, homens tão diferentes ideologicamente como os governadores eleitos Miguel Arraes e Waldir Pires, de um lado, e ex-malufistas convictos como os futuros senadores Antônio Farias e Jutahy Magalhães, de outro, não exige nada além de um pouco de contorcionismo. Contudo, fazer esses homens se comportar da mesma maneira diante de questões mais substantivas como as que a Constituinte irá definir é praticamente impossível.

Por isto mesmo, ainda que de uma forma sutil, o presidente do PMDB está manobrando para tentar assumir o controle total da futura Assembléia. É esta a forma que ele encontrou para fazer prevalecer, no texto constitucional, as idéias e os princípios que o grupo ao qual ele pertence advoga. Mesmo que esta linha contrarie a conformação ideológica do conjunto da Constituinte, que, segundo os primeiros levantamentos, será majoritariamente centrista e liberal. Basta olhar para a própria bancada do PMDB paulista, na qual os setores da esquerda perderam espaço, e levar em conta o péssimo desempenho dos partidos de esquerda radical de um modo geral.

O primeiro passo do dr. Ulysses nesse sentido é a sua própria eleição para a presidência da Assembléia, cargo para o qual ele se lançou muito antes das eleições, e a escolha de homens de sua confiança para as funções de presidente e relator da grande Comissão Constitucional. Esses são três postos-chaves. O presidente da Assembléia, com uma única decisão praticamente irrecorrível, sobre um ponto do regimento, pode derrubar um artigo importante que estiver sendo debatido e pode determinar prioridade para um outro que lhe interesse. Todos devem estar lembrados de que uma histórica intervenção do senador Nilo Coelho, então presidente do Senado, foi responsável por uma das únicas derrotas do governo Figueiredo no Congresso, durante a votação de um dos decretos-leis de política salarial.

No âmbito da Comissão, seu presidente tem praticamente os mesmos poderes. É o relator, como responsável pelo estudo das diversas propostas apresentadas pelos parlamentares e pela redação final do projeto de Constituição que irá ao plenário para discussão e votação, é quem definirá o que deve ser aceito e o que deve ser expurgado. É evidente que durante o debate e as votações, tanto na Comissão quanto no plenário, é possível contradizer a vontade do relator e do presidente. A história parlamentar brasileira nos mostra, porém, que quase sempre prevalece a posição desses dois homens.

*editado*  
P 4  
O dr. Ulysses já está agindo para indicar um de seus cupinchas para o cargo de relator da Comissão Constitucional e quer entregar a sua presidência ao ex-ministro Afonso Arinos de Melo Franco, eleito senador pelo Rio. O presidente do PMDB diz que com esta atitude está cumprindo uma praxe parlamentar de divisão dos cargos legislativos e homenageando o PFL, parceiro do PMDB na Aliança Democrática. Mas, na verdade, estará assegurando que no comando dos debates iniciais estará um político que, como ficou provado na insidiosa proposta de Constituição que ele entregou ao presidente Sarney, comunga as mesmas posições estatizantes e nacionalisteiras da curriola do dr. Ulysses.

Para garantir ainda mais sua "hegemonia" sobre os constituintes, o dr. Ulysses tem planos também de enquadrar o PMDB, esse PMDB que sob sua ótica não é totalmente confiável. Reconhecendo que há muitas divergências no partido a respeito dos temas mais importantes, sobretudo no capítulo da "ordem econômica e social", o dr. Ulysses anuncia que o PMDB tomará a posição de "sempre" nesses casos. Isto é, reuniões frequentes para fixar uma orientação geral. Ele não disse mas está implícita nesta orientação uma tentativa de criar o "voto partidário": todo mundo deve votar como o partido quer. Só faltou mesmo o presidente do PMDB reavivar os velhos expedientes da questão fechada e da fidelidade partidária, vigentes nos tempos em que a Arena e o PDS foram governo, e que obrigavam o parlamentar a votar como determinava o partido sob pena de perda do mandato. Essas exigências, se já são absurdamente antidemocráticas nos trabalhos normais do Legislativo, tornam-se uma excrescência sem tamanho quando se trata de uma Constituinte.

Precaução-se contra um possível fracasso dessas armadilhas, o dr. Ulysses já está pregando também que as questões mais polêmicas da Constituição sejam submetidas a um referendo popular. Ele acredita que, com recursos demagógicos bem usados na televisão e mais a utilização da máquina governamental e da máquina partidária, exatamente como o PMDB fez nestas eleições, conseguirá levar a população a aprovar aquilo que os cardeais peemedebistas quiserem.

As forças democráticas deste país, se realmente não querem que a Assembléia Nacional Constituinte, mesmo contra a vontade evidente da maioria da população, avie uma receita mais estatizante ainda para o Brasil, devem-se preparar, urgentemente, para barrar essas manobras que o dr. Ulysses, muito discretamente mas também com muita obstinação, vem executando.

ANC 88

Pasta Novembro/86

108

JORNAL DA TARDE